

# Disclosure Obrigatório de Ativos Intangíveis das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bm&FBovespa

**Ieda Margarete Oro**

Blumenau – SC

Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela FURB<sup>1</sup>

Professora do Mestrado Profissional em Administração da Unoesc<sup>2</sup>

ieda.oro@unoesc.edu.br

**Roberto Carlos Klann**

Blumenau – SC

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela FURB<sup>1</sup>

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FURB<sup>1</sup>

rklann@furb.br

## Resumo

O objetivo deste artigo é verificar a conformidade do *disclosure* obrigatório dos ativos intangíveis indicados no CPC 04 (2010) nas empresas pertencentes aos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa referente ao ano de 2011. A amostra integrou 80 empresas. A pesquisa documental consultou as demonstrações financeiras e Notas Explicativas. A análise de conteúdo envolveu a menção direta ou indireta aos 17 itens de avaliação em três dimensões: vida útil, amortização e reavaliação/teste de *impairment*. Os resultados indicam que na análise dos dados pela metodologia de *maximum difference scaling*, que identifica os melhores e piores (*Best-Worst*), nesse caso, os itens da dimensão da vida útil e amortização apresentam melhores níveis de *disclosure* com base no Índice de Importância Atribuído em relação à dimensão do teste de *impairment*. Contudo, não existem diferenças significativas nos três níveis de governança corporativa, ou seja, o Índice de Importância Atribuído apresentou semelhanças, evidenciando que não permite indicar que um dos níveis possui melhor evidenciação obrigatória do CPC 04 (2010) que caracteriza o ativo intangível.

**Palavras-chave:** *Disclosure* Obrigatório, Ativos Intangíveis, Governança Corporativa

## Abstract

The objective of this article is verify the accordance of the required *disclosure* of intangible assets indicated in CPC 04 (2010) in the companies belonging to the BM&FBovespa Corporate Governance Levels relative to the year of 2011. The sample integrated 80 companies. The documental research consulted the financial statements and Explanatory Notes. The content analysis involved the direct or indirect mention to the 17 assessment items in three dimensions: useful life, amortization and revaluation/*impairment* test. The results indicate that in the data analysis by the maximum difference scaling methodology that identifies the best and worst (*Best-Worst*), in this case, the dimension items of useful life and amortization present better *disclosure* levels basis of the Emphasis Index in relation to the *impairment* test dimension. However, there aren't significant differences in the three levels corporate governance, that is, the Emphasis Index showed similarities, evidencing that is not allowed to indicate that one of the levels has better required *disclosure* of CPC 04 (2010) that features the intangible assets.

**Key words:** Required *Disclosure*, Intangible Assets, Corporate Governance

1 FURB – Universidade Regional de Blumenau – CEP89012-900 – Blumenau – SC

2 UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina – CEP 89600-000 – Joaçaba – SC

## 1. Introdução

Nas últimas décadas ocorreram diversas mudanças no cenário contábil mundial com a finalidade de promover a harmonização das normas e regras que regem a contabilidade e diminuir as divergências contábeis existentes entre os países. Entre estas mudanças estão àquelas relacionadas à evidenciação de informações geradas pela contabilidade e divulgadas aos credores, investidores e demais usuários. Neste contexto, as demonstrações financeiras funcionam como um *report* da empresa ao mercado. Na concepção de Sunder (2002), as demonstrações materializam a teoria do conhecimento comum.

O nível adequado de coerência das informações contábeis só pode ser fornecido por um conjunto estabelecido de normas que integram requisitos de regulamentação das várias bolsas de valores e os critérios detalhados necessários para fins de elaboração e divulgação dos relatórios anuais (MANSFIELD; LORENZ, 2004). A convergência das normas contábeis brasileiras às International Financial Reporting Standards (IFRS), introduzida no Brasil a partir das Leis nº 11.638/2007 e 11941/2009 e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), reforçam “a importância dos instrumentos preconizados na gestão das organizações” (COLAUTO et al., 2008, p.1).

Em 2010, o CPC 04(2010) normatizou o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos intangíveis para se aproximar dos padrões internacionais. A partir de então, as empresas brasileiras têm passado por um processo de adaptação para se adequarem às novas normas. Os intangíveis são considerados ativos incorpóreos, muitas vezes de natureza subjetiva, portanto, trata-se de um assunto polêmico. Martins (1972, p. 53) indicava a “inexistência de uma definição clara para intangíveis”. Essa característica dificulta a identificação e avaliação desses itens pelos profissionais da área contábil. No entanto, assume um papel cada vez mais importante, proporcionam vantagens competitivas e são considerados propulsores de desenvolvimento e valorização das organizações.

A utilização de procedimentos adequados para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos ativos intangíveis pode refletir na qualidade da informação contábil. O fato de uma empresa adotar boas práticas de governança corporativa pode influenciar diretamente na qualidade das informações evidenciadas ao mercado. Essas práticas têm como objetivo garantir maior transparência nas decisões tomadas pelos gestores, a fim de dar maior proteção aos investidores. Entretanto, práticas de governança corporativa variam amplamente entre países e entre empresas. Boas práticas de governança permitem às empresas acesso ao mercado de capital sob melhores condições, tornando-se vantajoso para as empresas que captam recursos (DOIDGE; KAROLYIB; STULZ, 2007; IUDÍCIBUS et al. 2010).

As empresas frequentemente investem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou aprimoramento de recursos intangíveis, normalmente servem as entidades como formas de promover o desenvolvimento, com o objetivo de obter benefícios econômicos decorrentes destes investimentos. Neste sentido, empresas que divulgam informações com mais transparência geram mais confiança para os investidores.

Conforme Bushman, Piotroski e Smith (2004) empresas que divulgam informações relevantes e confiáveis com relação ao desempenho operacional e financeiro, investimento, governança, valores e risco são propensas a terem melhor transparência corporativa.

Percebe-se então uma estreita ligação dos ativos intangíveis com a governança corporativa, tal como observado por Machado e Famá (2011, p. 02), que “entre os fatores determinantes da continuidade das companhias, podem ser destacados os ativos intangíveis e as práticas de governança corporativa”.

Considerando que o processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao cenário contábil internacional foi um dos acontecimentos mais importantes nos últimos anos para a contabilidade brasileira, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Entre os itens que compõe o CPC 04 (2010) relacionados aos ativos intangíveis, que apresentam melhor conformidade de *disclosure* nas empresas brasileiras pertencentes aos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa referente ao ano de 2011?

Em decorrência do questionamento proposto, o objetivo deste artigo é verificar a conformidade do *disclosure* obrigatório dos ativos intangíveis indicados no CPC 04 (2010) nas empresas brasileiras pertencentes aos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa referente ao ano de 2011.

Estudos acadêmicos demonstram a conformidade e aderência das normas contábeis com informações são importantes para o mercado de capitais quando divulgadas nas demonstrações contábeis e nelas estão incluídas as notas explicativas (MAGALHÃES et al., 2011). Iudícibus et al. (2010) afirmam que a qualidade da informação contábil aumenta substancialmente com a inclusão do grupo do Ativo Intangível, contribuindo para o desenvolvimento do mercado de capitais e também reduzindo custos de captação. Entretanto, “no Brasil, a orientação para contabilização de ativos intangíveis sempre foi escassa” (COSTA; SANTOS, 2009, p. 373).

A partir da emissão do CPC 04 (2010), foram estabelecidas as diretrizes para identificação, reconhecimento, contabilização e divulgação dos intangíveis gerados internamente, dos adquiridos separadamente e dos adquiridos em combinação de negócios. Na concepção de Morris et al. (2014), os benefícios da implementação de normas internacionais só podem agora ser examinada efetivamente à medida que os países adotem as IFRS. Notadamente, a divulgação das boas práticas é fundamental para as empresas pertencentes aos níveis de governança corporativa. Na concepção de Kent e Stewart (2008) incluem a conformidade e adesão às IFRS e podem contribuir de maneira concreta para o cumprimento das regulamentações contábeis, que envolvem o reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis.

Considerando que estudos sobre os ativos intangíveis e nível de evidenciação interessam a todos os usuários da informação contábil. Este estudo busca contribuir para estudos empíricos relacionados a conformidade das normas de ativos intangíveis e aspectos objetivos (*disclosure* obrigatório) da contabilidade.

Além desta introdução, o estudo está dividido em mais quatro partes. A seção 2 apresenta o referencial teórico do

trabalho; a seção 3 descreve estudos correlatos. A seção 4, os procedimentos metodológicos; a seção 5 apresenta os resultados do estudo e, por fim, as considerações finais da pesquisa.

## 2. Caracterização dos Ativos Intangíveis

Com o passar dos anos é evidente e crescente o aumento da diferença do valor econômico das empresas em relação ao seu valor contábil. Martins (1972) salienta que a característica mais comum do ativo intangível é o elevado grau de incerteza existente na avaliação dos resultados futuros que podem ser proporcionados por eles.

O grupo dos ativos intangíveis é componente relevante nos balanços patrimoniais das entidades, consequência do avanço tecnológico que fez crescer as possibilidades de ativos intangíveis no meio empresarial. “Os ativos intangíveis são sem sombra de dúvidas, muito importantes para as empresas no cenário atual. Em muitos casos, os ativos intangíveis são mais relevantes e mais significativos para a empresa do que as máquinas, móveis e imóveis” (COELHO; LINS, 2010, p. 65).

De acordo com o CPC 04 (2010, p. 6), “ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”. Para ser considerado um ativo como intangível, esse deverá atender a alguns critérios fundamentados no CPC 04 (2010), o qual define o tratamento contábil dos ativos intangíveis, exigindo também divulgações específicas sobre esses ativos.

Ressalta-se também que ativos intangíveis que possuem grande notoriedade são aqueles resultantes de fatores tecnológicos. Colauto *et al.* (2010, p. 4) mencionam que “um dos ativos intangíveis discutidos com maior intensidade na literatura mundial é o desenvolvimento tecnológico”.

Com relação às características dos ativos intangíveis, segundo Perez e Famá (2005), é de que são de natureza permanente, sem existência física, à disposição e controlados pela empresa e que tenham a capacidade de gerar benefício futuro. Lemes e Carvalho (2010, p. 195) indicam que o enquadramento do intangível se deve a “três condições: identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos”. Esses autores ainda afirmam que para ser um ativo intangível, os gastos sobre o mesmo devem ser separadamente identificados, podendo ser distinguidos de outros ativos intangíveis. Dessa forma, para atender o critério de identificabilidade, o ativo:

- a) Pode ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto com um ativo, um contrato ou um passivo relacionado;
- b) Surge por meio de um contrato ou de outros direitos legais, mesmo que tais direitos não possam ser transferidos ou separados da entidade ou de outros direitos e obrigações (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 196).

Outra característica dos intangíveis trata-se do controle. O controle de uma ativo é determinado pelo poder de obter benefícios futuros que fluam do recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios (SANTOS; COSTA, 2009). Mormente, o direito legal advém de transações legais que ocorrem entre as partes, gerando o controle sobre determinados ativos, entretanto, a existência de direitos legais sobre um ativo não é condição necessária

para o seu controle, pois a entidade talvez possa de algum outro modo controlar os benefícios econômicos futuros.

A característica do benefício econômico futuro não inclui somente a receita de vendas, mas a redução do custo ou de outros benefícios resultantes do uso do ativo intangível. Pode-se destacar que a empresa tem controle, quando lhe é assegurada, por lei, o direito sobre o ativo intangível, como por exemplo, direitos autorais sobre determinada marca (SANTOS; COSTA, 2010).

Belém e Marques (2012, p. 4) afirmam que a característica mais comum dos ativos intangíveis é o grau de incerteza existente na “avaliação dos futuros resultados que poderão ser proporcionados por eles, porém a dificuldade da mensuração não é restrição para uma definição”. Consequentemente, para serem “reconhecidos eles precisam atender a definição de ativos, que é principalmente ter expectativa de geração de benefícios econômicos futuros em favor da entidade e serem mensurados com confiabilidade” (BELÉM; MARQUES, 2012, p. 1).

O CPC 04 (2010) orienta que, quando um ativo possuir elementos tangíveis e intangíveis, o mesmo deverá levar em consideração qual é mais relevante e significativo, para classificá-lo como imobilizado ou intangível. Neste caso, a entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis: (a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados; (b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida; (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período; (d) a(s) rubrica(s) da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativos intangíveis for incluída; (e) a reconciliação do valor contábil no início e no final do período.

## 3. Estudos Correlatos

Ressalta-se a importância de estudos científicos que foram desenvolvidos relacionados ao tema. Na sequência, uma breve descrição dos estudos.

Rolim (2009) investigou o nível de evidência dos ativos intangíveis de acordo com IAS 38 pertencente ao FTSE 100 da bolsa de Londres em 2006. Os resultados assinalam que apenas 18,6% das empresas da amostra atingiram 100% de evidência dos ativos intangíveis, mesmo que estivessem obrigadas legalmente a fazê-las.

Colauto *et al.* (2008) analisaram o conteúdo da evidência de ativos intangíveis não adquiridos nos Relatórios da Administração (RA) das companhias abertas brasileiras no ano de 2006. A coleta de dados utilizou como população alvo as empresas dos três níveis de governança corporativa da BMF&Bovespa. A amostra foi composta por 80 empresas que apresentaram RA do Exercício de 2006. A partir do R.A. foi realizada análise de conteúdo à menção (ou não) de 39 características intangíveis relacionadas à Estrutura Externa, Estrutura Interna, e Competência Individual. As correlações paramétricas e não paramétricas denotaram ser pouco substanciais, embora mais expressiva para as empresas do Novo Mercado.

Moura (2011) estudou a conformidade do *disclosure* obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa considerando as maiores empresas nos setores no ano de 2009. Entre os intangíveis evidenciados, destacaram-se os *softwares* e o *ágio* sobre investimentos. Em relação à qua-

lidade das práticas de governança, encontrou-se um índice médio de 55% e quanto ao nível de evidenciação de informações sobre intangíveis, um índice médio de 75%. Foram encontradas diferenças significativas entre os setores quanto aos índices que se demonstraram superiores nos setores com maiores proporções de intangíveis.

Ritta, Eislein e Ronchi (2010), que analisaram informações evidenciadas sobre os Ativos Intangíveis nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras que apresentaram informações financeiras à BM&FBovespa e à NYSE nos anos de 2006 e 2007. Os resultados apontam que: (i) ágio (73,94%), *software* (15%) e direitos contratuais (8,66%) foram os elementos de Als mais evidenciados pelas empresas; (ii) a maior participação dos Als em relação o ativo patrimonial total foi da empresa Ambev correspondendo a mais 49% nos dois anos, e a menor participação dos Als foi da empresa TAM com percentual inferior 0,20%; (iii) as companhias divulgaram seus relatórios financeiros no Brasil e nos Estados Unidos em conformidade com as normas vigentes; e, (iv) a empresa Copel foi a empresa que divulgou nos relatórios apresentados para a BM&FBovespa os itens comuns às normas nacionais e internacionais, no que tange à divulgação dos Als.

Moura *et al.* (2011) analisaram as boas práticas de governança corporativa e evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. Em relação ao índice de conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04, encontrou-se um índice médio de 61% e quanto à adoção de boas práticas de governança corporativa captadas de acordo com o índice elaborado por Silveira, Barros e Famá (2004), obteve-se um índice médio de 70%, ambos bastante distantes de 100%. Os dados também demonstraram que entre as maiores empresas brasileiras listadas nos diversos setores econômicos da BM&FBovespa, aquelas com maior conformidade quanto ao *disclosure* obrigatório dos ativos intangíveis e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de governança corporativa.

#### 4. Método e Procedimentos de Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e documental, utilizando fontes secundárias para execução sua execução. A abordagem do problema é quantitativa, com a utilização da estatística descritiva e da metodologia de *maximum difference scaling*.

Na coleta de dados, foi estabelecido como população-alvo as empresas que integram os três níveis de governança corporativa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) da BM&FBovespa. Entende-se que a seleção dos três níveis são importantes, em função destas empresas adotarem melhores práticas de governança corporativa e, pressupõe-se que evidenciam mais informações relacionadas aos ativos intangíveis.

Na determinação da amostra, selecionaram-se empresas que apresentavam valores no Balanço Patrimonial, grupo do Ativo Não Circulante e subgrupo Intangível nas demonstrações publicadas no ano de 2012, ano base de 2011. Para fins deste estudo, excluíram-se as empresas que tinham valores no intangível menores que R\$ 100 mil, de modo a obter maior uniformidade na amostra. Outro critério foi verificar se elas apresentavam informações nas Notas Explicativas so-

bre intangíveis. Desta forma, esse estudo atende aos parâmetros de amostra não probabilística. A Tabela 1 apresenta a amostra da pesquisa.

**Tabela 1:** Amostra da pesquisa

Níveis de Governança Corporativa	Nº Empresas	% da amostra
Nível 1	12	15%
Nível 2	08	10%
Novo Mercado	60	75%
Total de Empresas	80	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Verifica-se que existe uma diferença significativa nas quantidades de cada um dos grupos, no entanto, presume-se que não invalida o estudo. Após a seleção da amostra, foram coletadas na *homepage* da BM&FBovespa, mais especificamente nas Notas Explicativas, as informações do Quadro 1. Foram consultadas, com base na técnica de análise de conteúdo, as informações obrigatórias estabelecidas por meio de 17 itens relacionados pelo CPC 04 (2010), relativos às características de intangíveis em três dimensões: Vida Útil, Amortização e Reavaliação/ Teste de *Impairment*.

É importante ressaltar que além da análise de conteúdo, empregou-se também a análise de discurso, ou seja, buscando identificar nos textos as menções feitas diretamente pelo item do conteúdo evidenciado, assim como o que estava nas entrelinhas, mas se referia ao conteúdo da análise. Bardin (1977, p. 34) afirma que “a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A análise de discurso interage com os textos e ações. Phillips *et al.* (2004) indicam que a comunicação formal possui incorporada a presença de discursos implícitos e explícitos. Nesse sentido, elaborou-se um constructo a partir do CPC 04 (2010) e de Moura (2011). O Quadro 1 apresenta as informações necessárias à pesquisa.

**Quadro 1:** Informações obrigatórias a serem divulgadas sobre ativo intangível (CPC 04, 2010)

Dimensão de Ativos Intangíveis	Variáveis observadas
Vida Útil	1 Vida útil do ativo intangível é definida ou indefinida
	2 Motivos que justificam a definição da vida útil definida ou indefinida do intangível
	3 Tempo de vida útil ou as taxas de amortização do ativo intangível
	4 Valor contábil bruto e amortização acumulada no início do período
	5 Valor contábil bruto e amortização acumulada no fim do período
	6 Existência e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidas como garantia de obrigações
	7 Valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis

Amortização	8	Valor contábil da amortização acumulada no início do período
	9	Valor contábil da amortização do período
	10	Valor contábil da amortização acumulada no final do período
	11	Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
	12	Rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída
Reavaliação/ Teste de Impairment	13	Data efetiva da reavaliação do intangível
	14	Saldo da reavaliação, relacionada aos ativos intangíveis, no início e no final do período
	15	Informações sobre a realização ou não do teste de <i>impairment</i> (CPC 01)
	16	Valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o CPC 01
	17	Valor das reversões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o CPC 01

Fonte: Adaptado do CPC 04 (2010) e de Moura (2011)

Para cada item do Quadro 1 atribuiu-se três notas (5, 3, 1), conforme pode-se visualizar no Quadro 2, com base em modelo utilizado por Boff, Beuren e Hein (2009).

**Quadro 2:** Categorias de qualidade da informação

Categorias	Nota	Posição	Significado
IC	5	Informação completa	A informação prevista encontra-se presente e completa nas notas explicativas.
II	3	Informação incompleta	A informação encontra-se nas notas explicativas, mas encontra-se incompleta.
IA	1	Informação Ausente	A informação prevista não se encontra nas notas explicativas.

Fonte: Adaptado de Boff, Beuren e Hein (2009, p. 253)

Para análise e interpretação dos dados foi utilizado o *software* Excel 2007, por meio do qual foram elaborados gráficos, quadros e tabelas para verificar o valor monetário dos ativos intangíveis e identificar as classes de intangíveis evidenciados pelas empresas pesquisadas. Para enriquecer a pesquisa, também foram utilizados dados estatísticos como média, mediana, desvio padrão, mínimo e máximo.

A análise dos resultados foi realizada por meio da escala comparativa *Best-Worst*, consistindo na identificação do grau de importância atribuído pela conformidade dos itens relacionados no Quadro 1 e Quadro 2. A abordagem de melhores e piores (*Best-Worsts*), também conhecida como *maximum difference scaling*, foi desenvolvida por Louviere e Woodworth (1990) e publicado pela primeira vez em 1992 por Finn e Louviere (GOODMAN; LOCKING; COHEN, 2005). Os autores relatam ainda que o grau de importância representa as combinações entre os valores atribuídos aos itens analisados, pode não ser observado diretamente, no

entanto, é possível extrair essa informação por meio da diferença entre o par *Best-Worst*, conforme representação a seguir:

$$Wt = \frac{\text{frequência "best"} - \text{frequência "worst"} + N}{2N}$$

Onde:

Frequência "best" = número total de vezes que o item foi evidenciado;

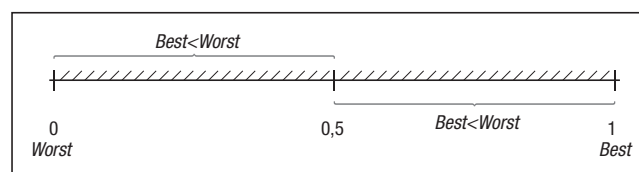
Frequência "worst" = número total de vezes que o item foi evidenciado;

n = é o número de itens;

2 N = é a frequência do aparecimento de cada item.

Na sequência, apresenta-se o esquema de interpretação da escala *Best-Worst*:

**Figura 1:** Esquema de interpretação da escala *Best-Worst*



Fonte: Becker e Rausch (2012)

Becker e Rausch (2012, p. 11) mencionam que “a leitura do esquema demonstra que quanto maior o índice encontrado, ou seja, mais próximo de 1, maior é a importância atribuída a este fator”. Ou seja, quanto maior o nível de conformidade obtido com a qualificação das informações, maior é o índice de importância atribuído.

## 5. Descrição e Análise dos Resultados

Apresenta-se nesta seção a estatística descritiva dos dados e a escala *Best-Worst* a partir do *check list* do Quadro 1.

### 5.1. Estatística Descritiva do Ativo Intangível

Primeiramente, apresentam-se as estatísticas descritivas dos valores do ativo intangível e da representatividade monetária do ativo intangível em relação ao ativo total nas empresas pesquisadas. A Tabela 1 apresenta os valores dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial das empresas no ano de 2011.

**Tabela 1:** Representatividade monetária dos ativos intangíveis (em milhares de reais) em 2011

Níveis de governança Corporativa	Nº	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
N1	12	2.727.584	2.735.322	5.733.394	132.117	19.752.321
N2	8	1.584.926	613.188	1.927.673	129.260	5.873.314
NM	60	2.379.887	835.408	3.494.259	109.513	20.141.677
Totais	80	2.230.799	835.408	1.912.739	109.513	20.141.677

Fonte: Dados da pesquisa

O volume total de ativos intangíveis nas empresas pesquisadas, representam, em média, mais de 2 milhões de reais. As empresas que fazem parte do Nível 1 apresentaram a maior discrepância entre os valores apresentados na média. Observa-se que o valor do desvio padrão foi superior à média nas empresas do Nível 1, indicando a variabilidade dos dados, ou seja, há uma heterogeneidade da amostra, provavelmente pela discrepância dos valores que podem afetar as médias.

De forma geral, a estrutura patrimonial (Lei nº 11638/2007) criou oficialmente o grupo de intangíveis, embora as empresas já estivessem fazendo uso desse grupo na elaboração de suas demonstrações contábeis. Destaca-se, que antes da Medida Provisória nº 449/2008, que posteriormente se tornou a Lei nº 11.941/2009, parte dos ativos intangíveis eram alocados no ativo diferido, que foi extinto em 2009 pela referida lei. Nesse contexto, o CPC 04 (2010) foi emitido com o objetivo de definir o tratamento contábil do ativo intangível (IUDÍCIBUS et al., 2010). Com o intuito de apresentar a representatividade dos ativos intangíveis no ativo total, a Tabela 2 evidencia os respectivos percentuais.

**Tabela 2:** Representatividade dos ativos intangíveis no ativo total

Níveis de governança Corporativa	Nº	Média (%)	Mediana (%)	Desvio Padrão (%)	Mín. (%)	Máx. (%)
N1	12	11,31	9,89	6,32	1,45	21,05
N2	8	26,20	17,92	24,27	4,64	70,68
NM	60	28,85	25,37	20,59	2,41	79,88
Total	80	22,12	17,92	9,48	1,45	79,88

**Fonte:** Dados da pesquisa

Analisando-se os mínimos e máximos da amostra, pode-se observar que se comparados às médias da amostra, existem valores distantes do padrão, distância mais significativa evidenciada nas empresas que compõem o Nível 2. A média indicou 11,31% no Nível 1, 26,20% no Nível 2 e 28,85% no Novo Mercado. No que tange ao desvio padrão, também ficou evidente que há maior heterogeneidade nas empresas do Nível 2 representando 24,27%.

A Tabela 3 apresenta a classificação dos ativos intangíveis evidenciados nas demonstrações financeiras, nas empresas pertencentes da amostra.

**Tabela 3:** Classificação dos Ativos Intangíveis

Intangíveis evidenciados na amostra pesquisada	Total de Empresas Amostra	Nº de Empresas que apresentam o Intangível	Percentual de empresas que apresentam o intangível
Ágio	80	64	80%
Softwares	80	58	73%
Marcas e patentes	80	37	46%
Direitos de uso	80	31	39%

Carteira de cliente	80	21	26%
Contratos de concessão	80	19	24%
Pesquisa desenvolvimento	80	15	19%
Ponto comercial	80	6	7%
Fundo comércio	80	5	6%

**Fonte:** Dados da pesquisa

O ágio é recorrente em 80% das empresas pesquisadas, enquanto *software* é evidenciado por 58 empresas, representando 73% das empresas. Marcas e patentes representam 46%, evidenciadas em 37 empresas. Cita-se, também, a ocorrência das classes de intangível denominadas direitos de uso e carteira de cliente, equivalentes a 39% e 26% respectivamente.

De acordo com as notas explicativas consultadas, constata-se a maior ocorrência de ágio em função da combinação de negócios, decorrente da diferença entre o valor da transação e o valor justo dos ativos líquidos das empresas negociadas, resultando no *goodwill*. Em seguida, a conta *software* representa o maior investimento das empresas em tecnologia, sistemas para maior produção, bem como qualidade de informação para a tomada de decisão.

Os resultados desta pesquisa corroboram com os resultados evidenciados por Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), que indicaram que os ativos intangíveis mais evidenciados pelas empresas foram o ágio e *software*, 74,0% e 15%, em 2006 e 2007, respectivamente. Os intangíveis *goodwill*, *software*, marcas e patentes também foram mencionados com maior ocorrência por Santos et al. (2012), em termos de frequência nas empresas da BM&FBovespa nos anos de 2007, 2008 e 2009. Da mesma forma, no estudo de Moura (2011), a maioria das empresas pesquisadas demonstrou a classe de intangível *software* com mais ocorrência. Em seguida, ágios e contratos de concessão.

## 5.2. Escala Best-Worst

Com o objetivo de analisar numa escala aproximativa, observou-se o *constructo* de itens do CPC 04 (2010) (Quadro 1) a partir da categorização da informação contábil, qualificadas pelos valores atribuídos conforme apresentado no Quadro 2. Essa metodologia de análise, segundo Auger, Devinney e Louviere (2004) revela graus de importância para determinados atributos que o investigador deseja medir. A grande vantagem deste método, segundo Goodman, Lockshin e Cohen (2005), é a simplicidade de análise, que produz um coeficiente para cada escolha, seja uma marca, categoria ou um atributo.

Os resultados evidenciados pela análise da conformidade do CPC 04 (2010) e indicados na Tabela 4 relacionaram 17 itens em três dimensões: “vida útil”, “amortização”, e “reavaliação/teste de *impairment*”.

**Tabela 4:** Conformidade dos itens do CPC 04 (2010) categorizados na escala *Best-Worst*

Dimensões	Variáveis	Quantidade de Classificações "BEST"	Quantidade de Classificações "WORST"	Índice Importância Atribuída	
Vida Útil	1	Vida útil do ativo intangível é definida ou indefinida	57	3	0,8375
	2	Motivos que justificam a definição da vida útil definida ou indefinida do intangível	50	5	0,7813
	3	Tempo de vida útil ou as taxas de amortização do ativo intangível	62	9	0,8313
	4	Valor contábil bruto e amortização acumulada no início do período	55	18	0,7313
	5	Valor contábil bruto e amortização acumulada no fim do período	55	20	0,7188
	6	Existência dos valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações	12	64	0,1750
	7	Valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis	5	70	0,0938
Amortização	8	Valor contábil da amortização acumulada no início do período	66	13	0,8313
	9	Valor contábil da amortização do período	64	6	0,8625
	10	Valor contábil da amortização acumulada no final do período	72	6	0,9125
	11	Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	73	2	0,9438
	12	Rubrica da demonstração de resultado qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	33	37	0,4750
Teste Impairmit	13	Data efetiva da reavaliação do intangível	37	28	0,5563
	14	Saldo da reavaliação, relacionada aos ativos intangíveis, no início e no final do período	12	64	0,1750
	15	Informações sobre a realização ou não do teste de impairment (CPC 01)	54	20	0,7125
	16	Valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo CPC 01	10	68	0,1375
	17	Valor das reversões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo CPC 01	5	75	0,0625
Total de observações		80	80		

Fonte: Notas explicativas das empresas pesquisadas

Conforme indicado na Tabela 4, os índices que obtiveram um número maior de classificações na coluna "Best" em relação ao número constante na coluna "Worst" apresentam um índice de importância mais próximo de um (1), ou seja, possuem maior número de observações com relação à conformidade do item analisado nas notas explicativas.

Constatou-se que do conjunto de itens das três dimensões de análise, os que receberam maiores índices de importância foram aqueles que obtiveram valores acima de 0,5 (melhor pela escala *Best-Worst*). Em relação à primeira dimensão (vida útil), os resultados indicam que o primeiro item (1) *vida útil do ativo é definida ou indefinida* (0,8375) e o terceiro (3) *Tempo de vida útil ou as taxas de amortização do ativo intangível* (0,8313) apresentaram os melhores índices de importância atribuída.

Com relação à segunda dimensão, que trata da conformidade da amortização. De acordo com o CPC (04), uma entidade avaliará a vida útil de um ativo intangível como sendo definida ou indefinida, e sua duração, ou número de unidades de produção, ou unidades similares que constituem essa vida útil. Os itens de maior destaque são: (11) *Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida*, com índice de 0,9438; e (10) *Valor contábil da amortização acumulada no final do período*, com 0,9125. Na terceira posição da escala encontra-se o item nove: (9) *Valor contábil da amortização acumulada no início do período*, com 0,8625.

Na terceira dimensão, que se refere ao Teste de *Impairment*, o índice de maior importância na escala (BW) é o item (15) *Informações sobre a realização ou não do teste de impairment (CPC 01)*, com 0,7125. Quanto aos índices de importância atribuídos que ficaram abaixo de 0,5, percebe-se que 6 itens estão relacionados. Na primeira dimensão, da vida útil, dois itens: o item (6) *Existência dos valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações*; e o item (7), que indica o *valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis*.

Na dimensão Amortização, apenas um item apresentou escala *worst*: (12) *rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída*. Na última dimensão, Teste de *Impairment*, três itens foram menos evidenciados: item (14) *valor das reversões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo CPC 01*; item (16) que trata do *valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo CPC 01*; e por último, o item (17), o *saldo da reavaliação, relacionada aos ativos intangíveis, no início e no final do período*.

Na sequência, a Tabela 5 apresenta a escala *Best-Worst* com relação aos níveis de governança corporativa.

**Tabela 5:** Conformidade dos itens do CPC 04 (2010) categorizados na escala *Best-Worst* nos níveis de governança corporativa

		Nível 1			Nível 2			Novo Mercado		
		Quant. de classif.	Quant. de classif.	Índice de Import.	Quant. de classif.	Quant. de classif.	Índice de Import.	Quant. de classif.	Quant. de classif.	Índice de import.
		"BEST"	"WORST"	Atribuída	"BEST"	"WORST"	Atribuída	"BEST"	"WORST"	Atribuída
Vida Útil	1	11	0	0,9583	7	0	0,9375	39	3	0,9583
	2	7	1	0,7500	7	0	0,9375	20	3	0,7500
	3	10	2	0,8333	8	0	1,0000	25	3	0,8333
	4	7	5	0,5833	8	0	1,0000	25	2	0,5833
	5	7	5	0,5833	8	0	1,0000	26	3	0,5833
	6	3	9	0,2500	4	4	0,5000	3	27	0,2500
	7	0	12	0,0000	0	6	0,1250	2	30	0,0000
Amortização	8	11	1	0,9167	7	1	0,8750	28	5	0,9167
	9	8	1	0,7917	7	0	0,9375	28	1	0,7917
	10	11	1	0,9167	8	0	1,0000	30	2	0,9167
	11	11	1	0,9167	8	0	1,0000	33	1	0,9167
	12	5	7	0,4167	3	5	0,3750	13	14	0,4167
Reavaliação/Teste Impairmit	13	9	1	0,8333	6	1	0,8125	14	15	0,8333
	14	4	8	0,3333	1	7	0,1250	5	27	0,3333
	15	8	4	0,6667	3	4	0,4375	22	9	0,6667
	16	3	9	0,2500	1	7	0,1250	4	28	0,2500
	17	3	9	0,2500	0	8	0,0000	2	32	0,2500
Total	12	12		8	8		60	60		

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 5 apresenta-se o *disclosure* obrigatório do ativo intangível na escala *Best-Worst* nos níveis de governança corporativa. Percebe-se que não existem diferenças significativas nos três níveis, ou seja, o Índice de Importância Atribuída apresentou semelhanças, evidenciando que não permite indicar que um dos níveis possui melhor evidência obrigatória do CPC 04 (2010) que caracteriza o ativo intangível.

## 6. Conclusões

Este artigo consistiu em verificar a conformidade do *disclosure* obrigatório dos ativos intangíveis indicados no CPC 04 (2010) nas empresas brasileiras pertencentes aos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa. A pesquisa

caracteriza-se como descritiva com abordagem quantitativa. A amostra foi composta por 80 empresas e foram consultadas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referente ao ano base de 2011 das empresas pesquisadas.

Os resultados indicam que em termos de valores monetários, as empresas que fazem parte do Nível 1 apresentaram a maior discrepância entre os valores em relação à média. Além disso, o valor do desvio padrão neste segmento foi superior à média, indicando a variabilidade dos dados e uma heterogeneidade da amostra, provavelmente pela discrepância dos valores que podem afetar as médias.

Com relação à representatividade do ativo intangível em relação ao ativo total, na análise dos mínimos e máximos, pode-se observar que se comparados às médias da amostra, existem valores distantes do padrão, as distâncias mais significativas evidenciadas estão caracterizadas nas empresas que compõem o Nível 2. No que tange ao desvio padrão, também ficou evidente que há maior heterogeneidade nas empresas do nível 2.

Na classificação dos ativos intangíveis, os resultados corroboram com outros estudos (RITTA; ENSSLIN; RONCHI, 2010; MOURA et al., 2011, SANTOS et al., 2012), que demonstraram que a classe de intangível de *ágio* e *software* possui maior ocorrência dentro do grupo de ativos intangíveis das empresas, seguida pelos contratos de concessão.

Na metodologia *maximum difference scaling*, que identifica a escala aproximativa *Best-Worst* verificou-se a conformidade do CPC 04 (2010) nas empresas da amostra. Constatou-se que as dimensões Vida Útil e Amortização apresentaram melhor nível de evidência em relação à Reavaliação/Teste de *Impairment*.

Com relação aos níveis de governança, não se constataram diferenças significativas que permitam concluir que um dos níveis possui melhor nível de *disclosure* obrigatório do que os outros dois analisados.

Conclui-se que a conformidade do *disclosure* obrigatório dos ativos intangíveis indicados no CPC 04 (2010) nas empresas brasileiras pertencentes aos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa demonstra melhor nível de conformidade nas dimensões vida útil e amortização do que em relação a reavaliação/teste de *impairment*.

Os resultados deste estudo despertam interesse em desenvolver novas pesquisas sobre ativos intangíveis. Desta forma, sugere-se avaliar o nível de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis com o desempenho econômico-financeiro das empresas pertencentes aos níveis de governança corporativa. Recomenda-se estudar empresas que integram os níveis de governança corporativa em estudos longitudinais para avaliar a evolução do nível de conformidade quanto ao *disclosure* dos ativos intangíveis e qualidade das práticas de governança corporativa.



## Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BECK, F.; RAUSCH, R.B. Fatores que influenciam o processo ensino-aprendizagem na percepção de discentes do curso de ciências contábeis. In.: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12. *Anais...* São Paulo: FEA, USP, 2012.
- BELÉM, V. C.; MARQUES, M.de M. A Influência dos Ativos Intangíveis na Rentabilidade do Patrimônio Líquido das Empresas Brasileiras. In.: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12. *Anais...* São Paulo: FEA, USP, 2012.
- BOFF, M. L.; BEUREN, I.M.; HEIN, N. Informações recomendadas pelo parecer de orientação N. 15/87 da CVM no relatório da administração de empresas familiares de capital aberto. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 6, n. 3, p. 247-257, set/out, 2009.
- BUSHMAN, R.; PIOTROSKI, J.; SMITH, A. What determines corporate transparency. *Journal of Accounting Research*, v. 42, p. 1-53, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 maio. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- COELHO, C.U.F.; LINS, L.S. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2010.
- COLAUTO, R.D.; NASCIMENTO, P.S. AVELINO, B.C.; BISPO, O.N.A. Evidenciação de Ativos Intangíveis Não-Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. In.: ENCONTRO DO ENANPAD, XXXII, set, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 04: Ativo Intangível. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC04\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC04_R1.pdf)>. Acesso em: 01 ago.2012.
- COZBY, P. C. *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DOIDGE, A.C.; KAROLYIB, A. STULZB,C,R. Why do countries matter so much for corporate governance? *Journal of Financial Economics*, v.86, p.1-39, 2007.
- GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOODMAN, S.; LOCKSHIN, L.; COHEN, E. Best-Worst Scaling: A Simple Method to Determine Drinks and Wine Style Preferences. *International Wine Marketing Symposium, Sonoma*, 2005.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARDS. Resumo Técnico IAS 38 Activos Intangíveis. Disponível em: <[http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/C8670475-BA40-49A1-9371-C1B5FCEE6198/0/PTSummary\\_IAS38\\_pretranslation\\_LA.pdf](http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/C8670475-BA40-49A1-9371-C1B5FCEE6198/0/PTSummary_IAS38_pretranslation_LA.pdf)>. Acesso: em 12. ago. 2013.
- IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. dos. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. São Paulo: Atlas S.A.,2010.
- KAYO, E. .K.; TEH, C.C.; BASSO, L. F. C. Ativos intangíveis e estrutura de capital: a influência de marcas e patentes sobre o endividamento. *Revista de Administração*, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 41, n. 2, p. 158-168, abr./maio/jun. 2006.
- KENT, P.; STEWART, J. Corporate governance and disclosures on the transition to International. *Journal Accounting & Finance*, v. 48, n. 4, p. 649–671, 2008.
- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. *Contabilidade Internacional Para Graduação: Texto, Estudos de Casos e Questões de Múltipla Escolha*. São Paulo: Atlas, 2010.
- LOUVIERE, J.; WOODWORTH, G. Design and analysis of simulated consumer choice or allocation experiments: An approach based on aggregate data. *JMR, Journal of Marketing Research (pre-1986)*, n.20, 1983.
- MACHADO, J. H.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e governança corporativa no mercado de capitais brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, *anais eletrônicos...* São Paulo: FEA/USP, 2011.
- MAGALHÃES, R. L.dos R.; PINHEIRO, L. E.T.; LAMOUNIER, W. M. Fatores que favorecem a compreensão da extensão da divulgação sobre partes relacionadas–estudo nas companhias listadas no novo mercado da BM&FBovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 6, n. 3, 2012.
- MANSFIELD, J.R.; LORENZ, D.P. The impacts of evolving international accounting standards on valuation practice in the UK and Germany. *Property Management*, v. 22, p.289-303, 2004.
- MARTINS, E. *Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível*. 1972. Tese (Doutorado em Economia e Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MORRIS, R.D.; GRAY, S.J., PICKERING, J., AISBITT, S. Preparers' Perceptions of the Costs and Benefits of IFRS: Evidence from Australia's Implementation Experience. *Accounting Horizons*, v. 28, n. 1, p. 143-173, 2014.

MOURA, G. D. de. *Conformidade do Disclosure Obrigatório dos Ativos Intangíveis e práticas de governança corporativa: Uma Análise de Empresas Listadas na Bovespa*. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

MOURA, G. D. de et al. Boas Práticas de Governança Corporativa e Evidenciação Obrigatório dos Ativos Intangíveis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, *Anais eletrônicos...* São Paulo: FEA/USP, 2011.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos Intangíveis e o Desempenho Empresarial. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 17, n. 40, jan./abr. 2006.

PHILIPS, N. et al. Discourse and institution. *Academy of Management Review*, v.24, n.4,p. 635-652, 2004.

RITTA, C. de O.; ENSSLIN, S. R.; RONCHI, S. H. A Evidenciação dos Ativos Intangíveis nas Empresas Brasileiras: Empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)*, Campo Largo, v. 9, n. 1, p. 62-75, maio. 2010.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R. Investigação sobre a relação entre ativos intangíveis e variáveis financeiras: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao índice IBovespa nos anos de 2007 e 2008. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10, São Paulo: FEA/USP, 2010.

ROLIM, M. V. *Estudo do nível de disclosure dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100*. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2009.

SANTOS, J.G.C. dos.; SILVA, L.S.; GALLON, A.V.; LUCA, M.M.M.de. Intangibilidade e inovação em empresas no Brasil. *RAI - Revista de Administração e Inovação*. São Paulo, v. 9, n. 2, p.197-221, 2012.

SANTOS, A. H. dos.; COSTA, F.M. da. IAS -38 - Ativos Intangíveis. In: Ernest Young - FIPECAFI (orgs.). Manual de Normas Internacionais de Contabilidade. IFRS versus normas Brasileiras. São Paulo: Atlas, 2010.

SUNDER, S. Knowing what others know: common knowledge, accounting and capital markets. *Journal of Management Accounting Research*. v.16, p. 305-319, 2002.